



FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES



ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO, ESTRUTURA INTERNA, SEDE E FORO.

Art. 1º - A **FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES**, mantenedora do complexo do **HOSPITAL DA BALEIA**, também designada neste estatuto por **Fundação**, constituída com prazo indeterminado, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter beneficente e de assistência social, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regularmente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Belo Horizonte, sob o número 523 (quinhentos e vinte e três), em 26 de janeiro de 1944, tendo o seu nome ligado à benemérita figura do seu instituidor, Benjamin Ferreira Guimarães e passa a reger-se por este Estatuto Social, e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis.

Art. 2º - A estrutura interna da **Fundação Benjamin Guimarães** e dos estabelecimentos que lhe pertençam e o seu funcionamento serão disciplinados por normas regimentais a serem aprovadas pelo **Conselho Curador**.

Parágrafo Único: É imutável a denominação "Fundação Benjamin Guimarães".

Art. 3º - A **Fundação** tem sua sede e foro em Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, no local denominado Fazenda da Baleia, à Rua Juramento, nº 1464, bairro Saudade.

Parágrafo Único - A **Fundação** poderá constituir escritórios ou representação em outras unidades da Federação, com atuação em qualquer parte do território nacional.

Art. 4º - O uso, a divulgação, ou qualquer forma de exposição ou publicidade da marca, dos símbolos ou da expressão **HOSPITAL DA BALEIA** será previsto em política institucional específica devidamente aprovada pelo Conselho Curador.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento



Fundação Benjamin Guimarães / Hospital da Baleia

Rua Juramento, 1464 - Saudade, Belo Horizonte / MG CEP: 30285-408

www.hospitaldabaleia.org.br

Página 1 de 22



CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES



Art. 5º - A Fundação tem por finalidades e poderá:

- I. Promover o cuidado humanizado e de qualidade à saúde, com linhas de tratamento integral ao paciente, incluindo cuidados odontológicos, com destaque para a criança e o idoso;
- II. Propiciar, com objetivo acadêmico, condições para formação, aperfeiçoamento ou especialização de pessoal e de pesquisa na área de saúde;
- III. Prover condições para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades hospitalares e da formação profissional de seus colaboradores;
- IV. Promover a educação, pesquisa, inovação e qualificação profissional;
- V. Promover a defesa do meio ambiente.
- VI. Promover ações garantidoras da inclusão social como medida necessária à (re)construção de identidade social nos espaços de convivência coletiva.
- VII. Promover o incentivo e o desenvolvimento de atividades físicas, recreativas e culturais, notadamente às pessoas com deficiência e às pessoas em vulnerabilidade social.

Parágrafo Primeiro - No desenvolvimento de suas atividades, a **Fundação** não fará qualquer discriminação de nacionalidade, raça, cor, gênero, opinião política ou religião, sendo vedada qualquer forma de preconceito.

Parágrafo Segundo: No desenvolvimento de suas atividades, a **Fundação** obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da transparência, da publicidade, da economicidade, da razoabilidade, da eficiência e da prestação de contas.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES



Art. 6º - Para consecução de suas finalidades, a **Fundação** poderá:

- I. Promover atividades de geração de renda, dentre elas:
 - a) Prestação de serviços para promoção e assistência à saúde;
 - b) Organizar eventos sociais beneficentes para captação de recursos a serem utilizados, exclusivamente, em prol das diretrizes institucionais de assistência à saúde, ensino e pesquisa;
 - c) Comercialização de produtos próprios com a marca do **Hospital da Baleia** ou outra marca vinculada à **Fundação** Benjamin Guimarães;
 - d) Comercialização de produtos manipulados, fabricados e/ou produzidos pela **Fundação**;
 - e) Comercialização de produtos de terceiros;
 - f) Contratação ou prestação de serviços diversos a terceiros de acordo com a legislação específica de cada atividade, direta ou indiretamente associadas às atividades de assistência à saúde, com o objetivo de auferir receitas para manutenção do rol de serviços ofertados pela **Fundação** Benjamin Guimarães;
 - g) Promoção e realização de atividades de ensino, inovação e pesquisa, culturais, esportivas e ambientais.
- II. Utilizar-se de doações de recursos físicos, humanos e financeiros, patrocínios, locações, *royalties*, licenciamento e/ou cessão de direitos de *software* ou de qualquer outro tipo de propriedade intelectual, taxas de administração e/ou captação e cessões;
- III. Celebrar contratos, convênios, parcerias, intercâmbios com empresas privadas, associações, fundações, institutos, sociedades governamentais e não governamentais nacionais, e/ou internacionais;
- IV. Manter intercâmbios e realizar trabalhos com instituições afins, desde que em conformidade com as especificidades legais de cada projeto e programa;

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





V. Promover seminários, simpósios, debates e outros eventos relacionados à assistência à saúde

VI. Criar, instalar e manter Instituição de Ensino Superior, bem como cursos de educação profissional, nos termos da legislação que regula a matéria, podendo desenvolver, por todos os meios, intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras;

VII. Abrir filiais em todo território brasileiro, conceder franquias, operar na exploração de bens, produção, comercialização e instalação de produtos, vendas e alugueis de imóveis, prestação de serviços a terceiros, inclusive ensino, atendimento ao público, pesquisa, assistência técnica, serviços áudio visuais, consultorias, projetos, desenvolvimento de produtos e processos, assessorias, contratação, terceirização e intermediação de pessoal e serviços especializados para promoção da saúde, ensino e pesquisa, os quais serão regidos por este Estatuto, diretrizes de conduta ética, regimento interno, normas e leis aplicáveis, políticas, procedimentos internos e contratos particulares.

Parágrafo Único – Toda a comercialização de produtos e prestação de serviços deverá estar de acordo com a legislação específica de cada atividade.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

Art. 7º - O patrimônio da **Fundação** constitui-se pelas doações feitas pelo seu instituidor, pelas benfeitorias que lhe foram acrescidas, pelos bens obtidos por aquisição regular e ainda, pelos que vier a adquirir por doação, legado ou por outra forma juridicamente válida, vedada a distribuição de qualquer parcela do patrimônio ou dos rendimentos da **Fundação** sob qualquer forma, a quem quer que seja.

Art. 8º - Dependirão de aprovação do Conselho Curador da **Fundação**, por maioria absoluta:

- a) Contratação de empréstimos e financiamentos bancários;
- b) Alienação, oneração ou permuta de bens imóveis;
- c) Aceitação de doações e legados com encargos;
- d) A formalização de parcerias empresariais em novos negócios ou segmentos dos setores alvo da **Fundação**.

Parágrafo Único: Além da aprovação do Conselho Curador, dependerão da aprovação do



Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Ministério Público das Fundações:

- a) A contratação de empréstimos e financiamentos bancários;
- b) Aceitação de doações e legados com encargos;
- c) A alienação, oneração ou permuta de bens imóveis.



CAPÍTULO V

DOS RECURSOS ECONÔMICOS- FINANCEIROS

Art. 9º – Os meios e recursos para atender as finalidades da **Fundação** serão oriundos de:

- I. Recursos advindos do exercício das atividades previstas neste Estatuto Social;
- II. Contribuições, doações, apoio e patrocínios;
- III. Pelos usufrutos que lhe forem constituídos;
- IV. Pelas rendas provenientes dos títulos, ações ou ativos financeiros de suas propriedades ou operações de crédito;
- V. Prestação de serviços e comercialização de objetos;
- VI. Contratações, locações e taxas de administração;
- VII. Realização e promoção de eventos, seminários e similares, atividades de ensino, inovação e pesquisa, culturais, esportivas e ambientais;
- VIII. Comercialização de produtos com a marca do **Hospital da Baleia**;
- IX. Comercialização de produtos próprios ou de terceiros;
- X. Prestação de serviços a terceiros;
- XI. Alienações, *royalties*, legados e direitos a ela transferidos de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de qualquer nacionalidade, públicas ou privadas;
- XII. Rendimentos produzidos por patrimônio, convênios, contratos, comodatos, termos de parceria/fomento/colaboração, contratos de gestão, subvenções federais, estaduais e municipais e outras rendas eventuais;

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





XIII. Leis de Incentivo Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo Único - Todos os bens, rendas, recursos, subvenções, doações e eventuais resultados operacionais/*superávit* serão integral e obrigatoriamente aplicados na manutenção e no desenvolvimento das finalidades institucionais aos quais a entidade está vinculada.



CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA ORGÂNICA DA FUNDAÇÃO

Art. 10º - A **Fundação** tem como órgão deliberativo, de controle interno e fiscalização e administrativo, respectivamente:

- I. Conselho Curador;
- II. Conselho Fiscal;
- III. Diretoria Estatutária.

Parágrafo Primeiro: Serão instituídos e destituídos, por designação do Conselho Curador, o Comitê Consultivo e seus membros, sendo ele instância de aconselhamento, não sendo deliberativo, constituído por profissionais com notável conhecimento e experiência. Terá como prerrogativa a de prestar informações técnicas necessárias para subsidiar a tomada de decisão do Conselho Curador para assuntos específicos e atuarão por demanda deste Conselho sempre que necessário.

Parágrafo Segundo: É vedado que os membros dos Conselhos e Diretoria Estatutária tenham, durante a vigência dos mandatos, qualquer vinculação político-partidária.

Art. 11 - Os cargos dos **Conselhos Curador e Fiscal**, bem como do **Comitê Consultivo**, serão exercidos gratuitamente, sem qualquer tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas neste Estatuto.

Art. 12 - Os cargos da Diretoria Estatutária serão remunerados em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas.

Parágrafo Único: A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária deve ser inferior a 70% do teto remuneratório dos servidores do Poder Executivo Federal e ser compatível com o

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





habitualmente pago pelo mercado.



Art. 13 - Os integrantes do **Conselho Curador**, **Conselho Fiscal** e **Diretoria Estatutária** não respondem subsidiariamente pelas obrigações da **Fundação**, exceto quando agirem com culpa ou dolo ou, ainda, com violação da lei ou a este estatuto.

Art. 14 - É permitido o exercício cumulativo das funções de integrante do **Conselho Curador** e **Diretoria Estatutária**, limitada a 1/3 do número de integrantes do da Diretoria Estatutária.

Art. 15 - Nenhum Conselheiro poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferida, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou neste Estatuto.

Parágrafo Único - Obrigam a **Fundação**, para todos os fins de direito, os atos dos administradores exercidos nos limites dos poderes definidos neste Estatuto.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO CURADOR

Art. 16 - O **Conselho Curador**, na qualidade de órgão superior de deliberação da entidade, compõe-se de 9 (nove) conselheiros eleitos, sendo 5 (cinco) membros natos e 4 (quatro) membros efetivos, todos sem suplentes.

Parágrafo Primeiro: Um dos membros natos será eleito(a), por maioria absoluta dos membros do Conselho Curador, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Curador.

Parágrafo Segundo - Em caso de ausência definitiva de membro do **Conselho Curador**, o **Presidente do Conselho Curador**, em até 30 (trinta) dias corridos, deverá tomar as providências cabíveis para eleição do(a) novo(a) membro, sempre preservando a composição a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 17 - Os membros natos serão escolhidos entre os descendentes de Benjamin Ferreira Guimarães ou seus parentes afins e poderão ser indicados por outros membros natos que já compõe o **Conselho Curador**.

Parágrafo Único - Os novos membros natos serão eleitos desde que aprovados por **maioria absoluta dos Conselheiros Natos**.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Art. 18 - Os membros efetivos do **Conselho Curador** serão eleitos dentre pessoas representativas da Sociedade Brasileira, beneméritas ou por qualquer forma ligada aos objetivos da **Fundação**, desde que aprovados por **maioria absoluta dos membros** remanescentes, em caso de ausência definitiva, ou dos membros a serem substituídos, em caso de término de mandato.

Art. 19 – As indicações para a composição do Conselho Curador deverão ser encaminhadas ao(à) Presidente do Conselho Curador por correio eletrônico (*e-mail*) com, pelo menos, 10 dias úteis de antecedência, instruídas por currículo *vitae* dos candidatos e demais informações que considerem pertinentes. É necessário registro da confirmação de recebimento do correio eletrônico.

Parágrafo Primeiro – Os candidatos a conselheiros passarão por análise prévia de seus currículos pelos Conselheiros Curadores, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, observando-se os requisitos de reputação ilibada e alinhamento com os princípios fundamentais da **Fundação**, com perfil, experiência e competências adequadas às necessidades da FBG.

Parágrafo Segundo – O(A) Presidente do Conselho Curador convocará a reunião de eleição dos membros com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos.

Art. 20 - O **Conselho Curador** será eleito e empossado a cada 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição para a totalidade dos membros natos e de 75% dos membros efetivos. Todos os membros empossados deverão assinar, admitindo-se a assinatura digital, os respectivos Termos de Posse e de Confidencialidade.

Parágrafo Primeiro – A eleição de novos conselheiros deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da expiração dos mandatos.

Parágrafo Segundo – Poderá perder o cargo o conselheiro que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou a 3 (três) alternadas, conforme calendário anual, sem se justificar no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da convocação, devendo ser convocada uma Reunião Geral Extraordinária para proceder-se à sua substituição, conforme previsto neste Estatuto.

Parágrafo Terceiro - A destituição/substituição de qualquer conselheiro ocorrerá por proposição do(a) Presidente do Conselho Curador, seja pelo não cumprimento do Regimento Interno deste órgão, por dissonância em relação aos objetivos da **Fundação**, por não cumprir o seu papel de forma devida, ou por demanda do próprio conselheiro.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Art. 21 – O Conselho Curador se reunirá de forma presencial ou virtual, em periodicidade mínima bimestral, sempre mediante convocação do seu Presidente:



- I. Deverá ser convocada, até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano, uma Reunião Geral Ordinária para apreciar o relatório da Diretoria Estatutária e aprovar as demonstrações contábeis e financeiras do exercício anterior; e a cada 3 (três) anos, conforme convocação, a fim de reeleger, destituir ou substituir membros da Diretoria Estatutária.
- II. Extraordinariamente, sempre que necessário, por demanda do próprio Conselho, de seu Presidente ou por provocação da Diretoria Estatutária, para deliberar sobre alguma matéria específica de responsabilidade do Conselho Curador, conforme estabelecido nesse Estatuto Social.

Art. 22 – As convocações das reuniões, acompanhadas da respectiva pauta, serão encaminhadas aos conselheiros com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos, por meio de correio eletrônico (*e-mail*), sendo necessária a confirmação de recebimento do respectivo *e-mail*.

Art. 23 – Compete ao Conselho Curador:

- I. Zelar pela reputação e a credibilidade da **Fundação** perante o mercado e a sociedade;
- II. Deliberar sobre as políticas econômico-financeiras da **Fundação** Benjamin Guimarães;
- III. Escolher, nomear, destituir ou substituir o Diretor Presidente e os demais integrantes da Diretoria Estatutária, mediante manifestação afirmativa dos conselheiros-membros do Conselho Curador;
- IV. Deliberar sobre o Planejamento Estratégico, o orçamento, os planos de investimento e monitorar a sua execução;
- V. Aprovar as demonstrações financeiras, contábeis e o relatório anual da Auditoria com as devidas notas técnicas;
- VI. Aprovar o modelo de remuneração da Diretoria Estatutária;
- VII. Deliberar sobre propostas de empréstimos a serem apresentadas a entidades de financiamentos que onerem os bens da **Fundação**;
- VIII. Deliberar sobre alienações a qualquer título, o arrendamento, a oneração ou o gravame dos bens móveis e imóveis da **Fundação**;

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





- IX. Deliberar sobre transações a serem firmadas com Partes Relacionadas;
- X. Deliberar quanto à adoção de boas práticas de governança corporativa pela **Fundação**, aprovar o Manual de Integridade, o Regimento Interno e outras normas internas, observada a legislação vigente e as determinações deste Estatuto e resolver os casos omissos nos documentos mencionados;
- XI. Deliberar sobre a reforma deste Estatuto e sobre a extinção da **Fundação**, em reunião conjunta com a Diretoria Estatutária, mediante votação de pelo menos 2/3 (dois terços) do total de integrantes dos dois órgãos;
- XII. Acompanhar as demonstrações de resultados econômico-financeiros, o fluxo de caixa da organização, o plano de investimentos.
- XIII. Deliberar sobre os principais riscos da **Fundação** e monitorar a mitigação dos mesmos;
- XIV. Contratar a Auditoria Independente e aprovar os relatórios.
- XV. Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da **Fundação** que lhe forem submetidos pela Diretoria Estatutária através do(a) Diretor(a) Presidente;
- XVI. Propor os Comitês Permanentes e os Comitês *ad hoc* como órgãos de assessoria ao Conselho Curador, bem como a estrutura e coordenação dos respectivos Comitês;
- XVII. Monitorar o cronograma de trabalho e as recomendações propostas pelos Comitês.
- XVIII. Instituir o Comitê Consultivo nos termos do art. 10, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto, enquanto órgão de aconselhamento do Conselho Curador que atuará sob demanda para assuntos relevantes e previamente definidos;
- XIX. Instituir os Comitês técnicos de assessoramento do Conselho Curador, permanentes ou *ad doc*, com, no máximo, 05 membros, entre os quais será obrigatória a presença de, pelo menos, um Conselheiro Curador, um membro da Diretoria Estatutária e um especialista na(s) matéria(s) a ser(em) discutida(s) neste Comitê. Cabe aos Comitês técnicos a formalização de recomendações para a Diretoria Estatutária e Conselho Curador para assuntos estratégicos da **Fundação**;
- XX. Garantir, em conjunto com a Diretoria Estatutária, a execução do Programa de Integridade, no qual contempla, especialmente, questões relacionadas à Ouvidoria e Serviços de Atendimento ao Cliente.



Validação Eletrônica na Última Página do Documento

Parágrafo Único - São atribuições do Presidente do Conselho Curador:



Fundação Benjamin Guimarães / Hospital da Baleia

Rua Juramento, 1464 - Saudade, Belo Horizonte / MG CEP: 30285-408

www.hospitaldabaleia.org.br

Página 10 de 22



- I - Convocar, presidir e conduzir o Conselho Curador, o que compreende, preparar a pauta das reuniões, convocar os conselheiros de forma regular, aferir e registrar em ata os quóruns de instalação, deliberação e demais temas tratados na reunião;
- II - Quando da nomeação, destituição ou substituição dos integrantes da Diretoria Estatutária, garantir que todos os requisitos previstos neste Estatuto tenham sido observados;
- III - Garantir que as deliberações e os acontecimentos decorrentes das reuniões sejam registrados com fidedignidade em ata, e que após cada reunião, a respectiva ata seja lida e aprovada pelos seus membros;
- IV - Fazer, quando necessário, a interlocução do Conselho com os demais órgãos da **Fundação**, promovendo a integração, o desenvolvimento e a atualização das informações entre os membros;
- V - Cuidar para que, anualmente, o desempenho do Conselho Curador da **Fundação** seja avaliado de forma transparente, para promoção de ajustes necessários para o seu bom funcionamento.



Art. 24 - As reuniões do Conselho Curador serão instaladas com a presença de, pelo menos, metade mais um dos membros.

Art. 25 - As deliberações do Conselho Curador, ressalvados os casos expressos em lei e neste Estatuto, serão tomadas pela maioria simples dos conselheiros presentes, cabendo a cada um deles 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro – Nas atas das reuniões Geral e Extraordinária do Conselho Curador, deverá constar o *quórum* de instalação, o total dos votos de aprovação da matéria por parte dos conselheiros, se maioria simples ou absoluta, ou unanimidade, quanto à deliberação.

Parágrafo Segundo: A lista de presença bem como a ata serão encaminhadas à aprovação do Ministério Público de Velamento das Fundações de Direito Privado.

Parágrafo Terceiro - Em caso de empate nas votações, o Presidente do Conselho Curador terá o voto de qualidade.

Parágrafo Quarto: Havendo vacância transitória no cargo de Presidente do Conselho Curador que, por ausência, impossibilidade ou por ser parte relacionada, ele estiver impedido ou não puder exercer suas atividades, as atribuições do cargo bem como o exercício do voto de qualidade, se necessário, deverão ser desempenhadas pelo membro nato de idade mais elevada.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Art. 26 - Nenhum membro do Conselho Curador poderá ser impedido de exercer direito ou funções fora do âmbito da **Fundação** e em nome da **Fundação** que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser que contrarie o Estatuto da organização.



CAPÍTULO VIII

DO CONTROLE INTERNO E FISCALIZAÇÃO

CONSELHO FISCAL

Art. 27 - A **Fundação** será internamente fiscalizada por um Conselho Fiscal permanente constituído por 3 (três) membros, a serem indicados pelos membros do Conselho Curador, todos eleitos na mesma ocasião da eleição do Conselho Curador, que, ao serem empossados, deverão assinar, admitindo-se a assinatura digital e eletrônica, os respectivos Termos de Posse e de Confidencialidade.

Parágrafo Primeiro - O mandato do Conselho Fiscal será de 03 (três) anos, sendo admitidas reeleições de até 2/3 dos membros, e será coincidente com o mandato do Conselheiros Curadores.

Parágrafo Segundo: Em caso de ausência definitiva de membro do Conselho Fiscal, o Conselho Curador reunir-se-á, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleger o substituto, que preencherá a vaga pelo tempo restante do mandato.

Parágrafo Terceiro - Os cargos do Conselho Fiscal não poderão ser ocupados por membros de outros órgãos da **Fundação**.

Parágrafo Quarto - Um dos membros eleitos será indicado pela Presidência do Conselho Curador para coordenar o Conselho Fiscal.

Art. 28 - O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por seu Coordenador, pelo Conselho Curador ou pela Diretoria Estatutária, sendo que as deliberações serão tomadas por decisão colegiada de seus membros, ressalvados os casos expressos em lei, neste Estatuto, no Manual de Integridade ou no Regimento interno.

Parágrafo Primeiro - As convocações para as reuniões do Conselho Fiscal serão encaminhadas aos respectivos Conselheiros, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, por meio de correio eletrônico (e-mail), sendo necessária a confirmação de recebimento por e-mail.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Parágrafo Segundo- As deliberações das reuniões do Conselho Fiscal deverão assinadas por seus membros, devendo ser lavrada ata para ser encaminhada à aprovação dos órgãos reguladores e respectivo registro em cartório competente, facultando-lhes o registro ou não quando tratar-se de assuntos "*interna corporis*", para fazer-se valer para todos os fins de direito.



Art. 29 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros contábeis, as demonstrações de resultados, documentação de receitas e despesas, o fluxo de caixa e os valores em depósito, com livre acesso aos serviços administrativos, facultando-se lhe, ainda compulsar e requisitar documentos da **Fundação**;
- II. Fiscalizar a **Fundação** e os estabelecimentos que lhe pertençam;
- III. Emitir parecer sobre os aspectos econômico-financeiro, patrimonial, do relatório anual de atividades apresentados pela Diretoria Estatutária, bem como sobre a prestação de contas, balanço patrimonial e o parecer de auditores independentes, encaminhando cópia ao Conselho Curador no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da elaboração;
- IV. Emitir parecer sobre as questões que lhe forem submetidas pelos demais órgãos da **Fundação** e que esteja dentro de seu escopo de atribuições;
- V. Apreciar e opinar sobre as demonstrações contábeis/financeiras acompanhadas de parecer de auditores externos, encaminhando-as ao Conselho Curador para a devida deliberação;
- VI. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens da **Fundação**;
- VII. Elaborar e modificar Regimento Interno próprio e encaminhá-lo ao Conselho Deliberativo para devida deliberação;
- VIII. Requisitar à Diretoria Estatutária, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela instituição;
- IX. Convocar, justificadamente, reuniões do Conselho Curador ou da Diretoria Estatutária;
- X. Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e prestação de contas anuais, com o auxílio da Auditoria Externa;
- XI. Analisar proposta de venda, doação ou imposição de gravame aos bens da **Fundação** e encaminhá-la, caso seja favorável e acompanhada da exposição de motivos, ao Conselho Curador para deliberação.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





IX. Zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade na prestação de contas e atos correlatos da entidade;

X. Comunicar oficialmente a existência de irregularidades ao Conselho Curador.



CAPÍTULO IX

DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Art. 30 – A Diretoria Estatutária é o órgão de representação legal e de administração, sendo composta pelo(a) Diretor(a)-Presidente, Diretor(a) Administrativo-Financeiro e pelo(a) Diretor de Assistência à Saúde.

Art. 31 - Os membros da Diretoria Estatutária, incluindo o(a) Diretor(a)-Presidente, serão eleitos por maioria absoluta dos membros do Conselho Curador, sendo indicados dentre profissionais com comprovada experiência administrativa no mercado, currículo condizente ao exercício das funções e reputação ilibada.

Parágrafo Primeiro – As indicações poderão ser encaminhadas ao(à) Presidente do Conselho Curador por meio de correio eletrônico (*e-mail*).

Parágrafo Segundo – A remuneração da Diretoria Estatutária será deliberada pelo Conselho Curador da **Fundação**, por maioria absoluta dos membros, cujo valor não ultrapassará o percentual de 70% do teto da remuneração do Executivo Federal e será compatível com o habitualmente pago no mercado.

Parágrafo Terceiro: O(a) Diretor(a) Presidente será eleito por maioria absoluta dos membros do Conselho Curador, e poderá cumular o cargo com o de Presidente do Conselho, caso assim seja eleito(a).

Parágrafo Quarto: O mandato da Diretoria Estatutária será de 03 (três) anos, sendo admitidas reeleições de até 2/3 dos membros, e será coincidente com o mandato dos Conselheiros Curadores e Fiscais.

Art. 32 – Os membros da Diretoria Estatutária, uma vez nomeados, assinarão os Termos de Posse e de Confidencialidade.

Parágrafo Primeiro: Em caso de ausência definitiva na Diretoria Estatutária, o Conselho Curador

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





reunir-se-á, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, para escolher o substituto.

Parágrafo Segundo: Caberá ao(à) Diretor Administrativo-financeiro substituir o(a) Diretor(a)-Presidente em caso de necessidade ou ausências temporárias.

Parágrafo Terceiro: Em caso de ausência definitiva do(a) Diretor(a)-Presidente, será designado, pelo Conselho Curador, um Presidente Interino até que haja a recomposição do cargo no prazo máximo a que se refere o Parágrafo Primeiro deste Artigo.

Art. 33 – A Diretoria Estatutária reunir-se-á regularmente e sempre que necessário, sendo suas decisões, ressalvados os casos expressos em lei e neste Estatuto, bem como alicerçadas no Manual de Integridade, no Regimento Interno e outras normas da Fundação, tomadas por voto da maioria simples dos diretores presentes à reunião, tendo o(a) Diretor(a)-Presidente, além do próprio voto, o de desempate.

Art. 34 – Os membros da Diretoria Estatutária da **Fundação** não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da entidade e em virtude de ato regular de gestão, mas respondem, civil e criminalmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

- I. Dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;
- II. Com violação à lei, ao Estatuto Social, ao Manual de Integridade, ao Regimento Interno e outras normas integrantes do sistema normativo brasileiro.

Art. 35 – Aos membros da Diretoria Estatutária, isoladamente, cabem a representação legal, ativa e passiva da **Fundação**, podendo, no exercício dessas prerrogativas, firmar os documentos que se fizerem necessários.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores Estatutários poderão constituir procuradores, vinculados à Fundação Benjamin Guimarães, mediante instrumento próprio, com poderes de deliberação específicos à diretoria estatutária e prazo determinado.

Parágrafo Segundo - Os cheques, títulos cambiais e outros documentos que caracterizem transação bancária e/ou financeira deverão conter sempre as assinaturas de dois Diretores ou de um Diretor em conjunto com um procurador.

Art. 36 – Compete à Diretoria Estatutária:

- I. Administrar os bens e interesses da **Fundação**;
- II. Planejar o desenvolvimento da **Fundação**, submetendo os planos e projetos com este objetivo ao Conselho Curador;
- III. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Manual de Integridade, o Regimento Interno da



Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Fundação Benjamin Guimarães e demais normas e deliberações do Conselho Curador;

IV. Propor ao Conselho Curador reformas estatutárias, regimentais ou outras medidas que julgar convenientes.

V. Apresentar balancetes e prestação anual de contas, acompanhados de relatórios patrimoniais e demonstrações contábeis / financeiras, submetendo-os, com parecer do Conselho Fiscal, para aprovação do Conselho Curador, sendo necessária, para essa reunião, a convocação do Conselho Fiscal;

VI. Submeter, para aprovação do Conselho Curador, o Planejamento Estratégico;

VII. Agir estritamente dentro dos seus limites de atuação, nos termos deste Estatuto, do Regimento Interno da Fundação e dos contratos de trabalho respectivos;

VIII. Dar ciência ao Conselho Curador das decisões políticas e econômicas que podem afetar os interesses da Fundação;

IX. Expedir normas operacionais e administrativas necessárias às atividades da **Fundação**;

X. Aprovar o quadro de pessoal e suas alterações, bem como fixar diretrizes de cargos e salários, vantagens e outras compensações de seu pessoal.

Art. 37. Compete ao(à) Diretor(a)-Presidente da **Fundação**:

I. Representar a **Fundação**, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar esta atribuição, em casos específicos, inclusive constituir mandatários e procuradores;

II. Assinar convênios, consórcios, contratos, ajustes ou quaisquer modalidades de acordos com entidades públicas e privadas ou com pessoas físicas, com intuito de assegurar a plena realização das finalidades da **Fundação**, observado o disposto neste Estatuto Social e no Regimento Interno, bem como a orientação estabelecida pelo Conselho Curador;

III. Supervisionar e deliberar sobre as demais atribuições inerentes à função executiva de interesse da entidade.

IV. Submeter ao Conselho Curador, para análise e deliberação, as seguintes matérias: empréstimos bancários, qualquer que seja o valor, venda e doação de patrimônio mobiliário e imobiliário da **Fundação**, Planejamento Estratégico e outros assuntos estratégicos de impactos financeiro, assistencial e reputacional.

Parágrafo Único: A aprovação do Conselho Curador, de que trata o inciso IV deste Artigo, não dispensa a aprovação do Ministério Público de Velamento das Fundações de Direito Privado.



Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Art. 38. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- I. Autorizar despesas e promover o pagamento de obrigações da **Fundação**, sempre em conjunto com o(a) Diretor(a)-Presidente;;
- II. Apresentar proposta de gestão financeira e de prestação de contas da **Fundação** para aprovação do Diretor Presidente e validação do Conselho Curador;
- III. Agir de acordo com os preceitos contábeis e demais normas financeiras com ética, segurança e transparência

Art. 39. Compete ao(à) Diretor(a) de Assistência à Saúde:

- I. Garantir o cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente dos Conselhos Federal e Regional de Medicina;
- II. Validar as diretrizes institucionais dos serviços técnicos assistenciais nas respectivas dependências;
- III. Assegurar que a execução das atividades de assistência médica da Instituição atenda aos padrões de qualidade e segurança assistenciais;
- IV. Zelar pelo bom relacionamento com o corpo clínico nas dependências da **Fundação**;
- V. Representar a instituição em suas relações com autoridades sanitárias e outras, conforme exigência da legislação vigente;
- VI. Validar a entrega de bons resultados e valor para os pacientes, de forma contínua, segura e humanizada.

CAPÍTULO X

DO COMITÊ CONSULTIVO

COMITÊ CONSULTIVO

Art. 40 – O Conselho Curador poderá, nos termos do Art. 10, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto, instituir um Comitê Consultivo para assessorá-lo, enquanto instância não deliberativa, para subsidiar, sob demanda e para assuntos específicos, a tomada de decisão, sem limitação de quantidade de membros.





Art. 41 – Poderão fazer parte desse órgão membros da sociedade, pessoas com notável saber naquele campo de conhecimento, pessoas íntegras e de reputação ilibada e notório saber, ex-membros de órgãos da **Fundação**, pessoas de representação da sociedade que tiverem interesse na causa, para que possam contribuir naquilo que se fizer necessário.



CAPÍTULO XI

DA PUBLICIDADE DOS ATOS E PRESTAÇÃO RESPONSÁVEL DE CONTAS

Art. 42 - A prestação de contas da **Fundação** observará:

- I. Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações contábeis da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS/Previdência Social e ao FGTS;
- III. Atendimento à legislação vigente atualizada, como a realização de auditoria interna e por auditores externos independentes, da aplicação de eventuais recursos que sejam objeto de termos de parceria previstos em lei ou dos contratos de gestão, caso haja previsão legal municipal observada às obrigatoriedades quanto a limites, valores e condições eventualmente definidas em normas específicas da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A prestação de contas da **Fundação** conterá, no mínimo, os seguintes documentos:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Balanço Social/ relatório de atividades;
- III. Demonstrações do Resultado do Período;
- IV. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- V. Demonstrações de Fluxo de Caixa;
- VI. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
- VII. Quadro comparativo entre a despesa orçada e a realizada;

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





VIII. Parecer dos Auditores Independentes;

IX. Parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - Os documentos que comprovem a origem de receitas e a efetivação de despesas da **Fundação**, bem como a realização de quaisquer outros atos que modifiquem a situação patrimonial, deverão ser conservados, pelo prazo mínimo que a lei determinar, contados da data de sua emissão.

Parágrafo Terceiro - A escrituração da entidade será feita de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CAPÍTULO XII

DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 43 – O Estatuto Social da **Fundação** poderá ser alterado ou reformado por aprovação, em reunião conjunta do Conselho Curador e Diretoria Estatutária, de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes e desde que:

- I. A alteração ou reforma aprovada não contrarie ou desvirtue as finalidades da **Fundação**;
- II. Seja a reforma aprovada pelo órgão competente do Ministério Público.

CAPÍTULO XIII

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 44 - A Fundação implantará, em caráter permanente, o Programa de Integridade com a observância do Manual de Integridade, das melhores práticas de *compliance* e dos princípios e diretrizes abaixo:

- I Comprometimento da entidade com o seu Programa de Integridade, de forma a garantir a sua transparência, a sua efetividade e a sua eficácia em todos os âmbitos da atuação institucional;



Validação Eletrônica na Última Página do Documento





- II Alinhamento do Programa de Integridade ao Plano de Gestão e das Atividades e aos objetivos fundacionais;
- III Observância rígida da reserva e da alocação dos recursos para o desenvolvimento, a implementação e a melhoria dos serviços sociais que a **Fundação** executa;
- IV A aprovação democrática dos objetivos e das estratégias do Programa de Integridade, com a efetiva participação dos dirigentes e colaboradores da **Fundação**;
- V A atuação preventiva para evitar a prática de atos ilícitos contra sua administração;
- VI Clareza na atribuição da responsabilidade pelos resultados do Programa de Integridade;
- VII Identificação e avaliação periódicas dos deveres do Programa de Integridade;
- VIII Identificação e observância das competências e das necessidades de treinamento periódico e contínuo, de modo a garantir que os colaboradores e dirigentes fundacionais, primando pela conduta ética, cumpram com os seus deveres no Programa de Integridade;
- IX Estímulo aos comportamentos que criem e sustentem o Programa de Integridade, com o combate efetivo aos comportamentos que afrontem as normas éticas e regimento interno institucional;
- X A existência de controles efetivos e gerenciamento dos deveres decorrentes do Programa de Integridade, de forma a alcançar os comportamentos adequados para se atingir os objetivos as metas do Programa;
- XI Monitoramento do desempenho do Programa de Integridade, com a devida mensuração e publicação dos respectivos relatórios para fins de controle social, e;
- XII Análise crítica regular e continua sobre o programa de integridade, com vista ao seu aperfeiçoamento.

Parágrafo Primeiro – Para a verificação da adequada execução do Programa de Integridade adotado pela **Fundação**, o Ministério Público deverá ser informado, no prazo de 10 dias, de qualquer comportamento que revele indícios da prática de ato contrário às normas e aos objetivos fundacionais.

Parágrafo Segundo: Caberá ao Conselho Curador e à Diretoria Estatutária da **Fundação** garantir a execução do Programa de Integridade, no qual contempla, especialmente, questões relacionadas à Ouvidoria e Serviços de Atendimento ao Cliente.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Parágrafo Terceiro: Poderá ser constituído, por deliberação conjunta do Conselho Curador e Diretoria Estatutária, de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes, o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, de atuação independente e imparcial, cujas atribuições serão definidas em Regimento Interno próprio.



CAPÍTULO XIV

DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Art. 45 – A Fundação extinguir-se-á por deliberação fundamentada do Conselho Curador e Diretoria Estatutária, aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade dos integrantes, em reunião conjunta presidida pelo(a) Presidente do Conselho Curador.

Parágrafo Único: Constituem causas motivadoras do pedido de extinção das atividades da Fundação:

- I A impossibilidade de sua manutenção, ou,
- II. A ilicitude ou a inutilidade dos seus fins.

Art. 46 – Em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas, nos termos do inciso VIII do art. 3º da Lei Complementar nº 187/21 c/c o artigo 5º, inciso III, do Decreto nº 11.791/2023.

Parágrafo Único - O órgão competente do Ministério Público deverá ser notificado pessoalmente de todas as fases do procedimento e extinção da **Fundação**.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47 - O exercício social e fiscal terá início no dia 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano civil.

Art. 48 – O órgão competente do Ministério Público, na hipótese de fundados indícios de irregularidade na **Fundação**, poderá contratar, às expensas desta, o serviço de auditoria independente para apuração dos fatos.

Validação Eletrônica na Última Página do Documento





Art. 49 – Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos Conselhos da **Fundação**, com direito de discutir as matérias em pauta, sem, contudo, ter direito a voto.

Parágrafo único - A **Fundação** dará ciência ao órgão competente do Ministério Público do dia, hora e local designados para suas reuniões ordinárias e extraordinárias, num prazo nunca inferior a 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião, sendo-lhe facultado fazê-lo por qualquer meio digital.

Art. 50 – A **Fundação** poderá ser identificada por um símbolo ou logomarca à escolha do Conselho Curador em conjunto com a Diretoria Estatutária.

Art. 51 – O estatuto social foi aprovado em reunião conjunta do Conselho Curador e Diretoria Executiva da Fundação Benjamin Guimarães, realizada dia 13 de setembro de 2024.




Belo Horizonte, 13 de setembro de 2024.



Julia Guimarães Paes

Presidente do Conselho Curador



Tereza da Gama Guimarães Paes
Presidente da Fundação Benjamin Guimarães

MANIFESTO DE ASSINATURA



ASSINADO ELETRONICAMENTE POR:

BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES, Promotor de Justiça, em
23/10/2024, às 17:41

Rua Arrombado, 1464 - Salvador - Belo Horizonte / MG CEP 30285-408

www.hospitaldabaleia.org.br

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

B3B55-2C713-FBF1B-F48F7

Para verificar as assinaturas leia o QR code abaixo e acesse

<https://mpe.mpmg.mp.br/validar>



2 de 22

RCPJBH REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 / (31) 3224-3003
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br


FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES

AVERBADO(A) sob o nº 376, no registro 57215, no Livro A, em 30/10/2024

Belo Horizonte, 30/10/2024

Emol: (6101-0) R\$ 147.55 TFJ: R\$ 53.18 Rec: R\$ 9.85 Iss: 7.38 - Total: R\$ 216.96
Emol: (8101-8) R\$ 190.38 TFJ: R\$ 64.24 Rec: R\$ 11.66 Iss: 9.68 - Total: R\$ 278.96

() José Nadi Néri - Oficial () Jéna Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho



PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **IHM28059**
Cód. Seg.: **9409.8664.8314.7162**
Quantidade de Atos Praticados: **00023**

Atos(s) Praticado(s) por: **Yuri Araujo - Auxiliar**

Emol: R\$ 361.44 TFJ: R\$ 117.42 Total: R\$ 478.86 ISS: R\$ 17.06
Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



RCPJBH REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 / (31) 3224-3003
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br


FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES

AVERBAÇÃO nº 376, no registro 57215, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 30/10/2024

Emol: (6601-9) R\$ 24.21 TFJ: R\$ 7.42 Rec: R\$ 1.45 Iss: 1.21 - Total: R\$ 34.29

() José Nadi Néri - Oficial () Jéna Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho



PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **IHM28082**
Cód. Seg.: **7576.8209.7813.7512**
Quantidade de Atos Praticados: **00001**

Atos(s) Praticado(s) por: **Yuri Araujo - Auxiliar**

Emol: R\$ 25.66 TFJ: R\$ 7.42 Total: R\$ 33.08 ISS: R\$ 1.21
Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

